

3.3 HISTÓRICO

Na primeira metade do século XVIII, os paulistas foram responsáveis por quase todas as descobertas de ouro e metais preciosos no interior de Minas Gerais. Este processo envolvia a abertura de novas estradas e rotas, derrubada de matas e a navegação pioneira de muitos rios. Como consequência da derrota na Guerra dos Emboabas, os paulistas foram forçados a partir para o oeste, em direção ao sertão mato-grossense e goiano, buscando novos locais para mineração e novas paragens para a realização das “expedições de apresamento”¹.

A agricultura paulista deixou de ser de subsistência para atender a expansão mineradora nas regiões que compreendem hoje os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A grande concentração de pessoas nessas regiões fez surgir a oportunidade de se constituir uma rota comercial vinda de São Paulo, com o objetivo de levar alimentos e outros suprimentos para tais regiões. Assim, segundo Garcia (2002), “lentamente a economia monetária foi penetrando no território paulista em princípios do século XIX, introduzindo a agricultura empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais”.

Foi neste contexto de transformações econômicas que os Sertões do Morro Azul foram povoados. Seus primeiros moradores chegaram à região trazidos pelas tropas de viajantes em busca do ouro do oeste e de escravos indígenas, e ainda pelas caravanas que levavam mantimentos para a mesma região. Logo, estabeleceram-se em pequenas e pobres instalações erguidas às margens do Córrego da Servidão, local onde mais tarde seria construído o Largo do Riachuelo, hoje o Espaço Livre, localizado na Avenida Visconde do Rio Claro entre as Avenidas 12 e 10, na região central.

O local tornou-se descanso de mulas e tropeiros que paravam antes de seguir viagem rumo ao sertão, sem nenhuma expressão econômica ou mesma populacional para a província² paulista.

Em 1826, o Comandante Francisco da Costa Alves, ganhou do Governador da Província terras concebidas por meio da concessão de sesmarias³, que nada mais eram do que terras de propriedade da coroa, doadas a quem se dispusesse a cultivá-las e povoá-las, porém “ocupar uma sesmaria era tarefa para poucos na capitania de São Paulo. Era um empreendimento custoso e difícil, ficando restrito às pessoas abastadas” (Garcia, 2002). Essas terras correspondiam exatamente à região

¹ Uma abordagem da relação entre os bandeirantes, as missões jesuítas e as aldeias indígenas é desenvolvida por Jonh Manuel Monteiro - “Negro da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo”.

² Divisão regional e/ou administrativa. No Segundo Reinado, cada uma das grandes divisões administrativas, a qual tinha por chefe um governador.

³ Fração de terra da capitania concedida a terceiros, pelo donatário desta, para exploração econômica, sob pagamento de apenas um tributo, o dízimo – décima parte da produção. Transplantado no Brasil pelos portugueses, previsto nas cartas de doação e forais das capitanias hereditárias, sendo definida através de “léguas em quadra” ou formas retangulares.

onde se localizava o povoado⁴ do Morro Azul. O Padre Delfino da Silva Barbosa, a convite do Comandante Alves, celebrou uma missa e abençoou a nova terra, que pouco tempo depois se transformaria em mais uma fazenda do Comandante Alves.

Em 10 de junho de 1827, o povoado do Morro Azul é elevado à categoria de Capela Curada de São João Batista do Ribeirão Claro⁵, ganhando assim sua primeira igreja e respectiva casa paroquial, no local onde hoje existe a Igreja Matriz São João Batista. Para ocupar o cargo de cura da primeira casa paroquial de Rio Claro, foi nomeado o Padre Delfino. Três anos mais tarde, no dia 9 de dezembro de 1830, a Capela Curada de São João Batista do Ribeirão Claro é elevada a categoria de Freguesia⁶. No mesmo ano, já contando com dois mil habitantes, a Freguesia de São João do Rio Claro, como passou a ser chamada, desmembra-se da povoação de Constituição, atual Piracicaba. No dia 7 de maio de 1845, a Freguesia é elevada à categoria de Vila⁷, passando a ser chamada de Vila São João do Rio Claro.

A instalação da primeira Câmara Municipal, em 9 de novembro de 1845, trouxe mais autonomia para a Vila São João do Rio Claro. As primeiras e principais providências da Câmara Municipal estavam voltadas totalmente para a organização do espaço urbano, do espaço público, sua constituição política e administrativa (Garcia, 1996).

A Lei Provincial n.º 44 de 30 de abril de 1857, assinada pelo Governador da Província, elevou a Vila São João do Rio Claro à categoria de cidade⁸. Dois anos mais tarde, através da Lei Municipal n.º 26, de 6 de maio de 1859, criava-se a Comarca da cidade. Pela Lei Municipal n.º 575, de 20 de dezembro de 1905, sua nomenclatura foi alterada para Comarca de Rio Claro, simplificando e encurtando um pouco mais o nome da cidade.

Desde o início do povoado, com a implantação das fazendas por toda a região de Rio Claro, a cana-de-açúcar foi largamente cultivada, sendo, sem dúvida, o elemento responsável pelo desenvolvimento do povoado no seu primeiro momento. O declínio da cana-de-açúcar ocorreu principalmente na segunda metade da década de 1850, dando lugar, em larga escala, ao cultivo do café. Foi com o café que Rio Claro se desenvolveu e atraiu investimentos, chegando, no ano de 1966, a ser o terceiro maior produtor de café da província.

⁴ Pequeno aglomerado rural ou urbano, sem autonomia administrativa, em geral, centro da sede de um município, lugar ou sítio no qual já se formou uma pequena população ou um pequeno núcleo de habitantes.

⁵ Capela ministradas, em caráter permanente, por um pároco ou cura; são igualadas às paróquias

⁶ Categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cônica anual.

⁷ Unidade político-administrativa autônoma equivalente a município. Termo empregado em substituição a município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas.

⁸ Título honorífico concedido, até a Proclamação da República, pela Casa Imperial, as vilas e municípios, sem nada acrescentarem à sua autonomia.

Rio Claro foi uma das primeiras cidades do interior paulista a empregar famílias imigrantes, vindas principalmente da Alemanha e da Itália, por volta de 1885. Essas famílias já constituíam a base da mão-de-obra na produção cafeeira.

Nesse período, a principal dificuldade dos produtores paulistas de café era escoar a produção. O limite da produção cafeeira na Província de São Paulo se encontrava na região de Rio Claro, uma vez que a partir deste ponto, em direção ao sertão, o cultivo se tornava muito oneroso e a distância até o porto de Santos era enorme, “tendo as viagens, [em média,] duração de 15 dias” (Garcia, 2002). Criou-se, então, uma relação entre a interiorização da plantaço e o aumento dos custos para os produtores com o transporte das colheitas. Foi exatamente este custo elevado com o transporte, que serviu como barreira natural e acima de tudo econômica, para que não houvesse uma forte expansão cafeeira no oeste da província paulista.

O Governo da Província tomou conhecimento, na medida em que o café avançava para o interior, da necessidade de melhorar as condições de transporte. A estrada de ferro solucionou os problemas de transporte do café, permitindo que a produção cafeeira fosse escoada rapidamente, diminuindo as perdas e, principalmente, os custos das safras.

A implantação da ferrovia mudou muito o quadro empresarial cafeeiro da época. Surgindo, então, a “possibilidade de um empreendimento altamente lucrativo e seguro para os fazendeiros, que se tornaram acionistas das empresas ferroviárias” (Garcia, 2002). Em 1868 foi fundada a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*, com a iniciativa de prolongar a linha férrea além de Jundiaí, rumo ao interior da província. Essa iniciativa foi realizada com o investimento dos empresários cafeeiros, e pela primeira vez, com capital nacional.

A linha férrea chegou à cidade de Rio Claro no dia 11 de Agosto de 1876, trazida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A partir deste momento, segundo Pentead (1984), Rio Claro passou a ser conhecida como a cidade “fim da linha”, pois era a última parada dos trens no interior paulista.

A implantação da ferrovia trouxe para Rio Claro muitos benefícios. Somando-se ao crescimento da cidade, destacou-se a industrialização, a expansão da área urbana, a crescente concentração de imigrantes, acentuando o processo de utilização de trabalhadores livres e assalariados, deixando de lado, gradativamente, a mão-de-obra escrava.

No ano de 1892, as oficinas da Cia. Paulista, foram implantadas na cidade concentrando “atividades relacionadas à montagem, reparo, manutenção e até mesmo à produção de inúmeros componentes para as locomotivas, carros e os vagões” (Garcia, 1992). Além disso, influíram “significativamente no processo de valorização do trabalho ferroviário” (Garcia, 1992).

A expansão ferroviária levou a inúmeras transformações na paisagem urbana, trazendo desenvolvimento para a cidade de Rio Claro. Toda a esfera cotidiana e urbana foi alterada, adaptando-se para receber o enorme número de pessoas que imigraram para a região, ou até mesmo para receber aqueles que estavam apenas de passagem pela cidade.

Ainda no final do século XIX, Rio Claro se destacou em muitos fatores, sendo comparada a capital da província em diversos momentos. Todo esse desenvolvimento foi muito importante e esteve estritamente ligado a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Um fato memorável que acompanhou o desenvolvimento da ferrovia deu-se em 1909, quando o Horto Florestal de Rio Claro, foi criado pela Cia. Paulista.

Assim como o café utilizou em um primeiro momento a terra antes destinada à produção de cana-de-açúcar e, posteriormente, uma parte das terras pertencentes às reservas nativas, a ferrovia começou a utilizar, no mesmo momento, uma significativa porção das reservas nativas ainda existentes. A madeira extraída dessas reservas servia como matéria prima para muitos utensílios industriais e residenciais, para a confecção de componentes dos próprios trens, para a construção de vagões, para as construções das oficinas, estação e casa para seus empregados, etc.

Logo no início do século XX, a Cia. Paulista encontrava-se em uma situação delicada, pois a cada ano o desmatamento das reservas nativas, para a utilização da madeira nos trabalhos da ferrovia, aumentava. Seguindo o pensamento do período, pôr em risco toda a madeira, significava pôr em risco a própria fonte financeira da Cia. Paulista, pois contrariava “os interesses ferroviários e econômicos que procuravam expandir, diversificar e assegurar suas atividades e negócios” (Albuquerque, 2002). Também havia o fato de que todo o carvão usado nas caldeiras das locomotivas era de origem inglesa, tornando o processo muito dispendioso. Mas, fazer das reservas nativas fontes geradoras de carvão, seria caminhar a passos mais rápidos em direção ao extermínio da matéria-prima nativa, abundante e de fácil extração. Esses fatores levaram os empresários da Cia. Paulista a buscarem novas formas de sustentarem a utilização da madeira, de modo que não provocasse a definitiva escassez das fontes de madeira nativas no estado de São Paulo, ou mesmo fora dele.

Foi exatamente neste momento, em dezembro de 1903, que o Engenheiro Agrônomo Edmundo Navarro de Andrade foi contratado pela Cia. Paulista para ser diretor do Horto Florestal de Jundiá, recém inaugurado. Deu-se então o início dos estudos sobre silvicultura no estado. Após seis longos anos de estudos comparativos, testando espécies nativas e exóticas, “tais como a peroba, o jacarandá, o jequitibá, o cedro, a cabreúva, a canela, o pinheiro do Paraná, o cedro do Bussaco, o carvalho português, a casuarina, a tristânia, a grevílea, o eucalipto, etc., somando-se ao todo 95 espécies” (Sampaio, 1959) tendo como objetivo alcançar os rendimentos esperados pela Cia. Paulista que visava: “crescimento rápido e de boa qualidade para a utilização como carvão” (Cerdoura, 2002).

Navarro de Andrade chegou a conclusão de que as espécies do gênero *Eucalyptus*, oriundas da Austrália, eram a que melhor alcançava os rendimentos esperados pela Cia. Paulista.

No ano de 1909, a Cia. Paulista comprou a Fazenda Santa Gertrudes com cerca de 1.260 hectares, no município de Rio Claro, dando-se início ao cultivo de eucalipto em larga escala. Foi neste momento que se originou o Horto Florestal de Rio Claro, conhecido internacionalmente e considerado o “‘Berço do Eucalipto’ no Brasil, constituindo-se num importante banco de germoplasma destinado a comunidade científica para estudos e melhoramentos genéticos (...)” (Albuquerque, 2002).

No período de 1911 e 1916, Navarro de Andrade exerceu a função de Diretor Geral do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, órgão que veio a se transformar no Instituto Florestal de São Paulo, atual gestor dessa Unidade de Conservação.

No ano de 1916, a Cia. Paulista adquiriu mais duas glebas de terras, propriedades até então pertencentes à Baronesa de Piracicaba, que faziam parte das Fazendas Cachoeirinha e Santo Antônio. (Cerdoura, 2002). Neste mesmo ano, Navarro de Andrade passou a morar na antiga sede da Fazenda Santo Antônio, onde hoje se encontra o Solar “Navarro de Andrade”. Na antiga fazenda Santo Antônio também existia um lago, que ainda pode ser visto por todas as pessoas que vão a Floresta Estadual. Em Rio Claro também se instalou a sede do Serviço Florestal da Cia. Paulista e ali foi construído o Museu do Eucalipto, com acervo único em toda a América Latina e o primeiro museu temático do Brasil.

Navarro de Andrade empreendeu inúmeros estudos genéticos do eucalipto, buscando sempre o melhoramento dos aspectos da madeira, o aumento de sua durabilidade, resistência, etc. Outro campo bastante pesquisado por Navarro de Andrade foi o das pragas que ameaçavam e atingiam as florestas de eucaliptos. Desenvolveu também pesquisas para a fabricação de polpa para papel com a madeira de eucalipto. Durante o período de 1910 a 1922 realizou três grandes viagens internacionais com finalidade científica.

França, 1993, relaciona fatos e eventos significativos ocorridos no Horto Florestal, ao longo de quatro décadas, relacionados a seguir.

Em 1942, deu-se início no programa de Genética e Melhoramento de Eucaliptos, sob direção do geneticista Dr. Carlos Arnaldo Krug.

Dez anos mais tarde teve início a publicação dos boletins informativos sobre os trabalhos realizados no Serviço Florestal da Cia. Paulista.

Em 1956 a Cia. Paulista vendeu 110.000 m² de terra para a instalação da PREMA, Tintas Preservação de Madeira Ltda., empresa que até hoje opera no local.

Na década de '60, mais precisamente no ano de 1960, foi construído o restaurante em frente ao Lago do Horto, trinta e dois anos mais tarde, em 1992, o imóvel foi demolido.

Um fato notável no meio silvicultural ocorreu no ano de 1961, quando o município de Rio Claro recebeu a “II Conferência Internacional do Eucalipto” realizada nas dependências do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade.

Em 1961 foi construída a Capela de Santo Antônio dos Eucaliptos.

Em 1984, o Clube dos Cavaleiros “Professor Victorino Machado” assinou um contrato de locação de área sob a administração do Horto Florestal. Tal clube de serviço ainda funciona no mesmo local.

O Horto Florestal sofreu ao longo dos anos constantes desapropriações motivadas pelo aumento populacional da cidade de Rio Claro, desapropriações destinadas, portanto à construção de novos bairros (França *apud* Cerdoura, 2002), com significativa redução de sua área.

No ano de 1971 a Companhia Paulista, transformou-se em Ferrovias Paulistas S.A./ FEPASA. Neste momento, toda a malha ferroviária do Estado de São Paulo foi estatizada e unida em uma só empresa, aos cuidados do Governo do Estado de São Paulo.

Em 1976, foi encaminhado ao CONDEPHAAT⁹ o pedido de tombamento do Horto Florestal “Navarro de Andrade”, por se tratar de um importante bem histórico, cultural e científico do Estado de São Paulo e, por representar a “história viva do eucalipto no Brasil”. No dia 9 de dezembro de 1977, o Secretário Estadual de Cultura, Dr. Max Feffer, assinou a resolução do tombamento.

No ano de 1987, o Horto Florestal deixou de ser um departamento e passou a ocupar a categoria de Superintendência Geral de Produção Florestal, alterando um pouco a rotina do trabalho dentro da organização da FEPASA.

No ano de 1992 a Seção do Patrimônio Histórico e Ambiental da FEPASA, iniciou obras de restauro e reforma das edificações significativas do Horto Florestal, dando maior atenção para o Museu do Eucalipto, o Solar “Navarro de Andrade”, as casas da colônia principal e a Igreja.

Em 11 de Junho de 2002, através do Decreto n.º 46.819, o Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” foi transformado em Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, Unidade de Conservação, pertencente ao grupo das Unidades de Uso Sustentável, prevista na Lei Federal n.º 9.985/ 2000, sob a administração do Instituto Florestal, órgão da Secretaria do Estado de Meio Ambiente.

⁹ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.